O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

ANA MARIA BEZERRA ALVES ALBUQUERQUE

RESUMO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa uma trajetória essencial para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, físicos, afetivos, sociais e culturais. Nesse contexto, o professor da primeira infância desempenha um papel fundamental ao promover experiências que favoreçam a construção do conhecimento por meio das interações, das brincadeiras e das múltiplas linguagens. Sabe-se que a atuação docente exige planejamento pedagógico intencional, mediação das aprendizagens, acompanhamento constante do desenvolvimento infantil e respeito às especificidades da infância. Além disso, o educador é responsável por criar ambientes acolhedores, inclusivos e estimulantes, capazes de garantir os direitos de aprendizagem previstos na legislação vigente. Este artigo tem como objetivo discutir sobre papel do professor na Educação Infantil, enfatizando sua importância para o desenvolvimento integral das crianças e para a efetivação de práticas pedagógicas amparadas nas interações e no brincar, busca-se ainda observar os desafios da inclusão na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica amparada pelas contribuições de Brougére (2010); Luckesi (2004); Maontoan (2003), entre outros e dos documentos e legislações vigentes como a Base Nacional Comum Currricular - BNCC e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Os estudos analisados evidenciam que o professor de Educação Infantil assume um papel essencial no desenvolvimento integral dos bebês e das crianças, por meio de um trabalho que vai além da transmissão de conhecimentos e envolve a mediação das aprendizagens, a organização de experiências significativas, bem como a promoção de ambientes acolhedores e inclusivos, visto que avanços nas políticas públicas e nos documentos oficiais reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que garantam o acesso das crianças à escola, sua participação, permanência e aprendizagem, a partir de uma educação que respeita e acolhe as especificidades de cada bebê e de cada criança. Ao professor compete construir práticas pedagógicas intencionais, flexíveis e colaborativas que valorizem a diversidade, favorecendo a escola como um espaço de pertencimento, equidade e respeito às diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Bebês; Brincar; Crianças; Inclusão; Professor.

INTRODUÇÃO

A infância é uma etapa essencial do desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais, sociais e culturais. Durante os primeiros anos de vida, as crianças constroem sua personalidade, desenvolvem habilidades cognitivas fundamentais e estabelecem as primeiras relações sociais que influenciarão seu percurso educacional e sua formação como cidadãos. Premissas que possibilitaram que a Educação Infantil deixasse de ser compreendida apenas como um espaço de assistência e cuidado, passando a ocupar posição estratégica nas políticas públicas educacionais voltadas à garantia do direito à educação e ao desenvolvimento integral da criança.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, que assegurou às crianças o direito à educação desde os primeiros anos de vida, fortalecendo a concepção da Educação Infantil como direito social e dever do Estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) definiu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, destinada ao atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade, estabelecendo como finalidade o desenvolvimento integral nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementação à ação da família e da comunidade.

Documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC passaram a nortear as práticas pedagógicas

desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil. Esses documentos reforçam a compreensão da criança como sujeito histórico, social e de direitos, capaz de construir conhecimentos por meio das interações estabelecidas com outras crianças, adultos, objetos e diferentes contextos culturais. Nessa perspectiva, o brincar e as interações são reconhecidos como eixos de relevância do trabalho pedagógico, exigindo do professor conhecimentos específicos acerca do desenvolvimento infantil.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo discutir sobre papel do professor na Educação Infantil, enfatizando sua importância para o desenvolvimento integral das crianças e para a efetivação de práticas pedagógicas amparadas nas interações e no brincar, busca-se ainda observar os desafios da inclusão na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica amparada pelas contribuições de Brougére (2010); Luckesi (2004); Mantoan (2003), entre outros e dos documentos e legislações vigentes como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca da atuação do professor na Educação Infantil, reconhecendo sua importância na construção de uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento integral, a equidade e o respeito aos direitos dos bebês e crianças. Espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para o fortalecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil e para a valorização do professor, considerando os desafios no cotidiano escolar.

SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR NA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No passado a Educação Infantil esteve vinculada a uma concepção assistencialista, cuja principal função consistia no cuidado das crianças enquanto seus responsáveis desempenhavam atividades laborais. Contudo, as transformações sociais e educacionais ocorridas nas últimas décadas modificaram esta perspectiva. No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, inicia o reconhecimento legal da criança como cidadão brasileiro, como sujeito de direitos:

Art.6 - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição. Art.7° - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

É na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica que são construídas as bases do processo educativo. Durante essa fase, as experiências vivenciadas pelas crianças influenciam de forma significativa para formação cognitiva, afetiva, social, motora e cultural. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 14).

Portanto, compreender o papel do professor da primeira infância dentro de uma visão macro de Educação Infantil, é romper com paradigmas que favoreciam práticas de não reconhecimento da potência da infância. Diferente da visão tradicional que atribuía ao professor à função de transmitir conhecimentos, nos dias atuais se compreende o professor como mediador das aprendizagens, organizador de experiências educativas e promotor de ambientes capazes de estimular o desenvolvimento integral das crianças, por meio de práticas pedagógicas que envolvem planejamento, observação, escuta sensível, acolhimento e constante reflexão sobre as necessidades dos bebês e crianças. Azevedo (2007) complementa que:

[...] professores capazes de construir proposta pedagógica com clara intencionalidade educativa, compreendendo a importância de seu papel social no exercício da docência, independentemente da idade da criança, necessitam de uma formação teórica e prática solidamente fundamentada, que lhes permita esclarecer, em primeiro lugar, suas próprias concepções e valores, tendo autonomia para fazer suas opções [...] (Azevedo, 2007, p. 174).

Importante compreender que a atuação do professor também está relacionada à construção de vínculos afetivos que favorecem a segurança emocional das crianças. As relações estabelecidas entre o professor e a criança influenciam os processos de aprendizagem, o desenvolvimento da autonomia, a formação da identidade e a construção das competências socioemocionais. Nesse sentido, educar e cuidar constitui dimensões inseparáveis da prática pedagógica na Educação Infantil, e dentro deste cenário de mediador das aprendizagens, o professor é o profissional que favorece estas aprendizagens por meio do brincar como importante linguagem da infância, que se destaca por contribuir para o desenvolvimento integral da criança, pois, por meio das brincadeiras a criança explora o ambiente, desenvolve a criatividade, expressa emoções, estabelece relações sociais, resolve conflitos e constrói conhecimentos de forma significativa.
Vygotsky (1998), aponta que o brincar representa uma atividade essencial para o desenvolvimento das funções psicológicas, permitindo que a criança atue além de seu nível de desenvolvimento real e avance em seu processo de aprendizagem por meio da mediação. Dessa forma, o professor deve compreender o brincar não apenas como momento de recreação, mas como estratégia pedagógica planejada e intencional.
Ainda de acordo com Vigotski (2011), a imaginação infantil constitui uma manifestação inicial da atividade criadora, desenvolvendo-se à medida que a criança amplia suas experiências e enriquece seu repertório cultural, social e simbólico. Embora a imaginação possa parecer desvinculada da realidade, esta é construída a partir das experiências vividas, reorganizando e ressignificando aspectos do mundo concreto, mobilizando suas vivências, conhecimentos e representações subjetivas para criar novas possibilidades de ação e significado.
A formação inicial e continuada se constitui como essencial para que os educadores conheçam as teorias do desenvolvimento infantil, conheçam os documentos normativos que orientam a Educação Infantil e desenvolvam competências para planejar experiências educativas inclusivas e significativas.

[...] a formação de professores não pode se eximir de uma bagagem filosófica, histórica, social e política, além de uma sólida formação didático-metodológica, visando formar um profissional capaz de teorizar sobre as relações entre educação e sociedade e, aí sim, como parte dessa análise teórica, refletir sobre a sua prática, propor mudanças significativas na educação e contribuir para que os alunos tenham acesso à cultura resultante do processo de acumulação sócio-histórica pelo qual a humanidade tem passado (Arce, 2001, p. 267).

De acordo com a autora, é importante que o professor compreenda como a educação se relaciona com a sociedade. Visto que a formação docente deve integrar teoria e prática, preparando professores capazes de refletir, pesquisar e promover uma educação que contribua para a formação crítica de seus aprendentes.
Com a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a criança passou a ser reconhecida como sujeito de direitos, e a Educação Infantil consolidada como espaço educativo destinado ao desenvolvimento integral da infância, mediante este contexto, o professor deixa de exercer apenas funções relacionadas ao cuidado físico e passa a assumir o papel de mediador das aprendizagens e promotor de experiências capazes de estimular o desenvolvimento infantil. Essa mudança exige conhecimentos específicos acerca das teorias do desenvolvimento humano, das metodologias de ensino voltadas à infância e das políticas públicas que orientam essa etapa da educação.
A Base Nacional Comum Curricular - BNCC

reforça essa compreensão ao estabelecer que a criança aprenda por meio das interações e das brincadeiras, devendo participar de forma ativa e participativa da construção do conhecimento e de suas aprendizagens. Dessa forma, cabe ao professor planejar experiências que respeitem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organizando situações em que as crianças possam conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

As teorias da educação atribuem ao professor papel importante no processo de construção do conhecimento da criança. Entre os estudiosos que contribuíram para essa compreensão destaca-se Lev Vygotsky, ao defender que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais. Para o autor, a aprendizagem antecede o desenvolvimento e é impulsionada pela mediação realizada por adultos e por outras crianças mais experientes.

Com esta perspectiva ocorre um rompimento dos modelos tradicionais de ensino, que tem como base apenas na transmissão de conteúdos. Visto que na Educação Infantil, ensinar significa criar oportunidades para que a criança observe, investigue, questione, experimente e estabeleça relações entre diferentes situações do cotidiano. Ao professor compete organizar contextos ricos em possibilidades de aprendizagem, favorecendo o protagonismo infantil. Arce e Baldan (2009) corroboram ainda:

Além disso, [o] trabalho que realizamos com as crianças pequenas é o início do desenvolvimento da imaginação, do processo criador. Assim, o trabalho intencional de apresentação do mundo para esta criança, por meio dos seus sentidos, com a ajuda dos objetos produzidos pela humanidade, deve ser planejado e proposto pelo professor (Arce e Baldan, 2009, p. 202-203).

Dessa forma, o professor deve oferecer experiências que estimulem a curiosidade, a resolução de problemas e a experimentação, respeitando o estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra.

As contribuições de Jean Piaget também auxiliam na compreensão desse processo. Para o autor, a criança constrói o conhecimento por meio da interação com o meio físico e social, desenvolvendo estruturas cognitivas progressivamente complexas. Para Jean Piaget (1974):

O indivíduo tende a um equilíbrio, que está relacionado a um comportamento adaptativo em relação à natureza, que por sua vez sugere um sujeito de características biológicas inegáveis, as quais são fonte de construção da inteligência. O desenvolvimento é caracterizado por um processo de sucessivas equilibrações. O desenvolvimento psíquico começa quando nascemos e segue até a maturidade, sendo comparável ao crescimento orgânico: com este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio (PIAGET, 1974, p.13).

Henri Wallon amplia essa discussão ao enfatizar a importância das dimensões afetiva, motora e cognitiva no desenvolvimento infantil. Para Wallon, emoção e aprendizagem constituem processos inseparáveis. Isso significa que ambientes acolhedores, seguros e constituídos de afeto favorecem de maneira significativa a construção do conhecimento. A afetividade, nesse contexto, não representa apenas demonstrações de carinho, mas se constitui como elemento essencial bo processo de ensino e aprendizagem dos bebês e crianças. Wallon (1995) reforça ainda que:

Estas revoluções de idade para idade não são improvisadas por cada indivíduo. São a própria razão da infância, que tende para a edificação do adulto como exemplar da espécie. Estão inscritas, no momento oportuno, no desenvolvimento que conduz a esse objetivo. As incitações do meio são sem dúvidas indispensáveis para que elas se manifestem e quanto mais se eleva o nível da função, mais ela sofre as determinações dele: quantas e quantas atividades técnicas ou intelectuais são à imagem da linguagem, que para cada um é a do meio!... (Wallon, 1995, p. 210).

Sendo assim, as interações, as vivências e experiências desempenham papel de grande relevância no desenvolvimento das fun-

ções cognitivas, sociais e emocionais. Dessa forma, a Educação Infantil constitui um contexto rico para a promoção de experiências significativas. É importante reconhecer o bebê e a criança como protagonista de seu processo educativo. Isso implica a prática de uma escuta atenta e capaz de ouvir suas manifestações, considerar seus interesses durante o planejamento das atividades e promover experiências que estimulem sua participação. Freire (1996, p. 60) destaca que: "Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando". As conversas, as perguntas investigativas, a leitura de histórias, as rodas de conversas e a escuta atenta constituem estratégias fundamentais para o desenvolvimento da oralidade, da imaginação e do pensamento crítico.

Nesse processo, a observação assume papel essencial. Observar significa acompanhar atentamente as ações das crianças, identificando avanços, dificuldades, interesses e formas particulares de aprender. Esses registros favorecem o planejamento das ações pedagógicas e permitem ao professor oferecer experiências significativas. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) sobre observação na Educação Infantil:

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo que revelam suas particularidades. (BRASIL, 1998, p. 58).

A documentação pedagógica, composta por fotografias, registros escritos, produções das crianças e relatos das experiências, também representa importante instrumento de reflexão sobre a prática do professor em seu cotidiano com os bebês e crianças. Além de tornar visível o processo de aprendizagem, fortalece a comunicação entre escola e família e possibilita avaliar o desenvolvimento infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB estabelece que a formação dos professores para atuar na Educação Infantil deve ocorrer em nível superior, admitindo, como formação mínima, o curso normal em nível médio. A LDB dispõe, no título VI, art. 62 que:

A formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

É importante destacar que além da formação inicial para atuação docente, a formação continuada constitui elemento indispensável para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Participação em cursos, grupos de estudo, pesquisas, congressos e momentos de reflexão coletiva favorecem a atualização profissional e possibilitam ao professor aplicar novas metodologias ao cotidiano escolar.

A BNCC (2018) organiza o currículo da Educação Infantil em cinco campos de Experiência, buscando integrar diferentes dimensões do desenvolvimento infantil. Essa organização valoriza experiências contextualizadas, significativas e articuladas ao cotidiano das crianças. Os campos de experiência são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esses campos orientam o planejamento docente e evidenciam que as aprendizagens ocorrem de maneira integrada, envolvendo diferentes linguagens e formas de expressão.

Além do trabalho desenvolvido com as crianças, o professor estabelece importante parceria com as famílias. A participação familiar fortalece o processo educativo, amplia a compreensão acerca do desenvolvimento

infantil e favorece a continuidade das experiências vivenciadas na escola. Para que essa parceria seja efetiva, tornam-se necessário estabelecer canais permanentes de diálogo, reuniões pedagógicas, devolutivas sobre o desenvolvimento das crianças e momentos de participação da comunidade nas vivências escolares.

O BRINCAR COMO PRÁTICA FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O brincar é uma das experiências mais significativas para o desenvolvimento da criança. Distanciando-se da concepção de que a brincadeira representa apenas um momento de lazer ou entretenimento, as pesquisas na área da educação e da psicologia do desenvolvimento demonstram que brincar constitui uma atividade complexa, por meio da qual a criança interpreta a realidade, constrói conhecimentos, desenvolve habilidades cognitivas e estabelece relações sociais. Luckesi (2004) afirma que:

Na vivência das brincadeiras, usualmente, o tempo de permanência em cada um dos estados de consciência, dialeticamente relacionados é pequeno. Por vezes, usa-se um ótimo de tempo em ou outro dos estados de consciência, pois as decisões e os atos necessitam ser muito rápidos, a fim de participar de tudo que ocorre (Luckesi, 2004, p. 19).

Nessa perspectiva, o brincar configura-se como um eixo estruturante das práticas pedagógicas na Educação Infantil, ao reconhecer a criança como sujeito histórico, social e de direitos. A BNCC (2018) destaca que as interações e as brincadeiras são os principais meios pelos quais as crianças aprendem e se desenvolvem. Isso implica compreender que o brincar deve ocupar lugar de destaque no planejamento pedagógico, sendo organizado de forma intencional pelo professor, com objetivos educativos que favoreçam o desenvolvimento integral da criança. Considerando que o brincar é uma manifestação própria da infância e constitui uma linguagem por meio da qual a criança expressa sentimentos, interpreta o mundo, estabelece relações sociais e constrói conhecimentos acerca da realidade em que está inserida. Desde os primeiros meses de vida, as brincadeiras favorecem a exploração do ambiente, estimulam os sentidos e contribuem para o desenvolvimento das capacidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais. Brougére (2010) afirma ainda:

Através do brinquedo, a criança entra em contato com um discurso cultural sobre a atividade, realizado para ela, como é feito, nos contos, nos livros, nos desenhos animados. São produções que propõem olhar sobre o mundo, olhar que leva em conta o destinatário especial, que é a criança (Brougére, 2010, p. 69).

Mediante uma perspectiva construtivista, Jean Piaget compreende a brincadeira como elemento essencial do desenvolvimento intelectual. Para o autor, brincar permite que a criança assimile experiências do mundo externo e reorganize seus esquemas mentais, favorecendo a construção do conhecimento. Durante as atividades lúdicas, a criança experimenta diferentes formas de pensar, levanta hipóteses, resolve problemas e desenvolve sua capacidade de representação simbólica.

Piaget (1978) identifica diferentes formas de brincar ao longo do desenvolvimento infantil, em que predominam os jogos de exercício, relacionados aos movimentos corporais e às descobertas sensoriais. Posteriormente surgem os jogos simbólicos, nos quais a criança representa situações do cotidiano, atribui significados aos objetos e desenvolve a imaginação. Os jogos de regras passam a favorecer a compreensão de normas sociais, cooperação e respeito ao outro.

Embora a classificação proposta por Piaget permaneça relevante, as contribuições de Vygotsky (1998) ampliam a compreensão sobre o papel das brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem, para o autor, a brincadeira não apenas acompanha o desenvolvimento infantil, mas impulsiona novas aprendizagens. Ao brincar de faz de conta, a criança cria situações imaginárias que lhe permite agir além de suas capacidades habituais, desenvolvendo funções psicológicas superiores, como atenção voluntária, memória, pensamento abstrato e linguagem.

Ainda segundo Vygotsky (1998), durante a brincadeira a criança atua em sua Zona de Desenvolvimento Proximal, isto é, realiza ações que ainda não conseguiria executar de maneira independente, mas que se tornam possíveis a partir das interações com outras crianças ou com o adulto mediador. Esse entendimento reforça a importância da intervenção pedagógica do professor, que acompanha as brincadeiras, propõe desafios e amplia as possibilidades de aprendizagem.

As vivências lúdicas possibilitam que a criança expresse sentimentos, elabore conflitos e desenvolva sua identidade. Assim, o brincar também desempenha importante função na constituição da personalidade e no fortalecimento das relações afetivas. Além de favorecer o desenvolvimento motor, pois, atividades como correr, saltar, equilibrar-se, manipular objetos e explorar diferentes espaços contribuem para aprimorar a coordenação motora ampla e fina, aspectos indispensáveis para aprendizagens futuras relacionadas à escrita, ao desenho e às atividades escolares. Santos (2007) afirma que:

Brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, pois, através das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói seu próprio conhecimento. (SANTOS, 2007, p. 20).

Dessa forma, as brincadeiras constituem experiências educativas completas, capazes de integrar diferentes dimensões do desenvolvimento infantil. Reconhecer essa potencialidade significa compreender que brincar não representa uma pausa na aprendizagem, mas a própria forma pela qual a criança aprende. O professor da primeira infância, ao valorizar as brincadeiras em seu planejamento, contribui para a construção de uma Educação Infantil que respeita os direitos dos bebês e crianças, fortalece seu protagonismo e promove experiências capazes de favorecer o desenvolvimento integral.

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO PROFESSOR

A Educação Infantil constitui um espaço privilegiado para a construção de práticas inclusiva, pois é durante os primeiros anos de vida que se estabelecem as bases do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor. Nesse contexto, a inclusão escolar ultrapassa a garantia do acesso à escola, envolvendo a criação de condições que assegurem a participação, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento de todas as crianças, respeitando suas singularidades. Sassaki (2003):

As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade (arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental, programática) a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI, 2003, p.15).

A construção de ambientes inclusivos exige que o professor desenvolva práticas capazes de acolher as diferenças, respeitar as especificidades de cada bebê e criança e promover condições de participação e aprendizagem. Nesse contexto, a inclusão deixa de representar apenas o acesso à escola, passando a envolver a permanência, o desenvolvimento e a participação ativa de todas as crianças nas experiências educativas.

A educação inclusiva reconhece a diversidade como característica inerente ao ambiente escolar. Dessa forma, as diferenças deixam de ser compreendidas como obstáculos ao processo educativo e passam a constituir oportunidades para o enriquecimento das experiências pedagógicas e para a formação de uma cultura de respeito às múltiplas formas de aprender e participar:

Buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se (mesmo do seu jeito diferente); necessita tocar, perceber e

comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade. (BERSCH; MACHADO, 2007, p.19)

No Brasil, esse entendimento é amparado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que reafirma o direito dos estudantes público da educação especial de frequentar as classes comuns, com os apoios necessários para garantir acesso, participação, permanência e aprendizagem em um sistema educacional inclusivo.
É importante reforçar que desde os primeiros momentos de sua trajetória na escola, a criança vivencie práticas inclusivas, considerando que as experiências na primeira infância constituem a base para o desenvolvimento integral da criança em seus diferentes aspectos. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 36) ressalta ainda que: "O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças". O professor desempenha um importante papel, por ser o responsável pelo planejamento de experiências pedagógicas que possibilitem a participação efetiva dos bebês e das crianças. Sua atuação exige sensibilidade para reconhecer as potencialidades de cada criança, identificar barreiras à aprendizagem e promover ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral. Conforme aponta Freire (1997):

Aprendemos a pensar com o outro... Aprendemos a ler construindo hipóteses na interação com o outro. Aprendemos a escrever organizando nossas hipóteses no confronto com as hipóteses do outro... A ação, interação e troca, movem o processo de aprendizagem. (Freire, 1997, p. 7)

Portanto, para além de adaptar atividades para determinadas crianças, a educação inclusiva pressupõe a organização de práticas pedagógicas que sejam acessíveis desde sua concepção. A utilização de recursos visuais, objetos concretos, brincadeiras, músicas, histórias, Comunicação Aumentativa Alternativa, tecnologias assistivas e organização flexível dos espaços educativos, se constituem recursos que fortalecem práticas pedagógicas inclusivas. Sobre recursos no processo de inclusão, é importante enfatizar:

Os recursos de acessibilidade à educação são o conjunto de instrumentos, materiais didáticos e pedagógicos, avaliativos, espaços, mobiliário e equipamentos, sistemas de comunicação e informação, que asseguram acesso ao currículo e transporte escolar. O acesso a recursos de tecnologia assistiva, comunicação alternativa e aumentativa, códigos e línguas, assim como à estrutura e mobiliário acessíveis e aos equipamentos multifuncionais, constitui padrão de qualidade ao direito à educação dos estudantes da Educação Especial Inclusiva. (BRASIL, 2025, p. 12).

Na Educação Infantil, estas práticas inclusivas devem acontecer de forma colaborativa, ou seja, a inclusão escolar torna-se efetiva quando o professor da turma atua em parceria com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado – AEE, equipe gestora, famílias e equipe de saúde.
Essa articulação favorece a elaboração de estratégias pedagógicas consistentes, amplia o compartilhamento de conhecimentos e fortalece o acompanhamento do desenvolvimento infantil, Mantoan (2007) conclui:

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MONTOAN, 2003, p. 45)

Portanto, promover a inclusão na Educação Infantil significa reconhecer que todas as crianças têm direito de aprender juntas, participar das vivências pedagógicas e desenvolver suas potencialidades.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente estudo permitiu discutir sobre o papel do professor da primeira infância na Educação Infantil, enfatizando sua importância para o desenvolvimento integral das crianças e para a efetivação de práticas pedagógicas fundamentadas nas interações, no brincar e na inclusão. Compreendeu-se que este profissional assume um papel essencial no desenvolvimento integral dos bebês e das crianças, por meio de um trabalho que vai além da transmissão de conhecimentos e envolve a mediação das aprendizagens, a organização de experiências significativas e a construção de ambientes acolhedores e inclusivos.

Notou-se ainda que o desenvolvimento das ações pedagógicas significativas está relacionado com a intencionalidade do professor, à formação profissional e à capacidade de reconhecer a criança como sujeito de direitos, protagonista de seu processo de aprendizagem e que as interações e as brincadeiras constituem eixos fundamentais da Educação Infantil e representam importantes instrumentos para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Foi possível refletir acerca do processo inclusivo na Educação Infantil, visto que avanços nas políticas públicas e nos documentos ofi-
i
ciais reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que garantam o acesso das crianças à escola, sua participação, permanência e aprendizagem, a partir de uma educação que respeita e acolhe as especificidades de cada bebê e de cada criança. Ao professor compete construir práticas pedagógicas intencionais, flexíveis e colaborativas que valorizem a diversidade, favorecendo a escola como um espaço de pertencimento, equidade e respeito às diferenças.

Sendo assim, este estudo amplia as discussões acerca da temática e contribui para ampliar as reflexões sobre a relevância da atuação do professor no contexto da Educação Infantil. Sugere-se que pesquisas futuras investiguem as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil, analisando como as políticas públicas, a formação dos professores e as estratégias inclusivas se materializam no cotidiano escolar e influenciam o desenvolvimento dos bebês e das crianças na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ARCE, A. 2001. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. Educação & Sociedade, 22(74):251- 283.

ARCE, A.; BALDAN, M. 2009. A criança menor de três anos produz cultura? Criação e reprodução em debate na apropriação da cultura por crianças pequenas. In: A. ARCE; L.M. MARTINS (orgs.), Ensinando aos pequenos de zero a três anos. Campinas, SP, Editora Alínea, p. 187-204.

AZEVEDO, H.H.O. de. Implicações teórico-práticas do binômio cuidar-educar na educação infantil. 2007. Revista Olhar de Professor, 10(2): 159-179.

BERSCH, R.; MACHADO, R. Conhecendo o aluno com deficiência física. In: SCHIRMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física. Brasília: MEC, SEESP, SEED, 2007.p. 15-24. Disponivel em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf>. Acesso em: 22/07/2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base. Brasília. 2018a. Disponível em: 568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ima-

ges/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 10 de Junho de 2026.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e Cultura. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.p.65-74.

FREIRE, M. et al. Grupo, indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento. São Paulo: Espaço pedagógico, 1997.

Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.

LUCKESI, Cipriano. Estados de consciência e atividades lúdicas In: Educação e ludicidade, organizado por Bernadete Porto. Salvador, UFBA, 2004.

MANTOAN, M. T. E. A Educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. Disponível em: Acesso em: 20/06/2007.

MANTOAN. Maria Tereza Eglér. (2003) Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer São Paulo: Editora Moderna.

PIAGET, Jean. Aprendizagem e Conhecimento. São Paulo: Freitas Bastos, 1974.

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. (Org.). O Lúdico na formação do educador. 7ª edição Vozes, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados, ano I, n. 1, 1° sem. 2003, p.8-11. [Texto atualizado em 2009]

VIGOTSKI, L. S. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico. Tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2011.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. (1941-1995). A evolução psicológica da criança. Lisboa, Edições 70.